

# Presidente da Câmara de Sto. André inscreve projeto de tarifa zero

Carlos Ferreira protocolou ontem proposta para instituir gratuidade no transporte público municipal, cuja passagem custa atualmente R\$ 5,70

CAMILA PERGENTINO  
camilapergentino@dgabc.com.br

O presidente da Câmara de Santo André, Carlos Ferreira (MDB), protocolou ontem o projeto que institui a tarifa zero no transporte público municipal. O emedebista disse que vai iniciar na semana que vem o processo de convencimento de seus pares. Ainda não há data para o projeto ser votado em plenário. Para ser aprovada, é preciso que seja apoiada pela maioria simples dos 21 vereadores, ou seja, 11.

Conforme o texto, ao qual o Diário teve acesso, o dinheiro para financiar o sistema em caso de o usuário deixar de pagar a passagem pode vir de multas de trânsito, publicidade no transporte coletivo e de recursos obtidos com estacionamento rotativo nas vias públicas (zona azul). Fontes do setor garantem que a Prefeitura gastaria entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões por ano para manter a gratuidade.

"Nós temos um problema na cidade muito sério, que é da mobilidade urbana. Hoje, por exemplo, no horário de pi-



FERREIRA. Autor da proposta vai iniciar processo de convencimento

co, você não anda mais na cidade de Santo André. Quando trazemos um transporte gratuito, de alíquota zero, o que fazemos é desestimular o uso do veículo privado e estimular o uso do veículo público. Com isso, você traz uma mobilidade urbana muito mais acessível", apontou Ferreira.

Segundo o emedebista, municípios que adotaram a cota livre passaram a registrar

mais pessoas andando de ônibus. Em São Caetano, pioneira no Grande ABC na implantação da tarifa zero, os ônibus tiveram aumento de 150% no número de passageiros transportados nos dois primeiros meses – de 22 mil diários para 51 mil.

O texto apresentado por Ferreira para tramitação no Legislativo diz que a implementação pode, além de reduzir o

trânsito na cidade e incentivar o uso de transporte público, "diminuir a emissão de gases poluentes, dar maior acessibilidade para grupos socioeconômicos mais vulneráveis e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos andreenses".

O projeto também aborda a "promoção do desenvolvimento sustentável nas dimensões socioeconômicas e ambientais da cidade, o desestímulo do uso de transporte individual motorizado nas áreas centrais e a priorização da estruturação do transporte público coletivo, para garantir acesso equitativo e a prestação de serviços eficientes, eficazes e efetivos".

No documento que será discutido pelo Plenário, os custos do programa também poderão ser retirados por meios de financiamento privado. Na visão de Ferreira, empresas serão beneficiadas, e devem retornar os ganhos. "Vão retirar boa parte dos custos dos funcionários com transporte. Se o serviço da prefeitura faz o trajeto dos trabalhadores até o local sem custo, o empresário não precisa mais pagar o transporte coletivo."

O presidente da Câmara explicou que vai começar uma discussão entre os parlamentares da Casa a partir de terça-feira. "Vou explicar perfeitamente para cada vereador como vai funcionar o projeto. Em seguida, o Carlos explicou que deverá solicitar ao Executivo qual será o impacto econômico do PL. "Na hora que nós colocarmos em votação, que deve ser em breve, nós temos certeza que será corrigido os erros que poderão existir para que a gente já saia com ele na Câmara aprovado". Atualmente, a tarifa na cidade custa R\$ 5,70.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional Pagina: 4